



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025111201

INTERESSADA: Organize Gestão de Informações Ltda

Objeto: Análise da impugnação ao edital apresentada por empresa terceira

Processo: Pregão Eletrônico nº 2025111201

Órgão: Câmara Municipal de Pacatuba – CE.

I – Síntese da Impugnação

A empresa impugnante, Organize Gestão de Informações Ltda., apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 2025111201, promovido pela Câmara Municipal de Pacatuba/CE, alegando supostas ilegalidades nas exigências estabelecidas para a realização da Prova de Conceito (POC). A impugnação centra-se em três principais exigências técnicas previstas no edital, as quais, segundo a empresa, extrapolariam os limites da razoabilidade e da proporcionalidade em relação ao objeto contratado, comprometendo, assim, a isonomia e a competitividade do certame.

A primeira exigência contestada refere-se à necessidade de integração da solução ofertada com o sistema SIM/TCE-CE. A empresa sustenta que tal requisito ultrapassa o escopo contratual, uma vez que a responsabilidade por integrações com sistemas de controle externo, como o do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, seria da própria Administração, não devendo recair sobre a contratada. Além disso, aponta que a integração demandaria acesso a informações técnicas restritas, como API's não públicas ou código-fonte, o que poderia configurar direcionamento e restringir a participação de concorrentes que não possuam soluções previamente integradas.

O segundo ponto impugnado diz respeito à exigência de reconhecimento automático de scanners via navegador, por meio de protocolos como TWAIN, ICA ou SANE. A empresa argumenta que a digitalização dos documentos será realizada nas instalações da contratada, e não no ambiente da Administração, razão pela qual não haveria justificativa técnica para se exigir compatibilidade com scanners USB ou de rede dentro de navegadores específicos. Alega-se que tal requisito favoreceria determinadas plataformas e soluções pré-desenvolvidas, em prejuízo de softwares customizados ou genéricos, restringindo de forma indevida o universo de licitantes habilitados.

Por fim, a empresa questiona a exigência de um painel gerencial com exibição de processos pendentes e concluídos. Na visão da impugnante, essa funcionalidade extrapolaria as necessidades da contratação, dado que a contratada seria responsável apenas pela execução dos serviços, não havendo, portanto,



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR



demanda real da Administração por ferramenta gerencial para acompanhamento interno de status dos processos. Assim, entende que o requisito impugnado seria excessivo e desnecessário, contribuindo para o encarecimento das propostas e restringindo a competitividade.

Em síntese, a impugnação sustenta que as exigências técnicas previstas na POC são desproporcionais ao objeto da contratação, carecem de motivação técnica compatível com os princípios que regem as contratações públicas, e configuram barreiras artificiais à livre concorrência, em aparente violação aos arts. 5º, 12, 14, 37 e 45 da Lei nº 14.133/2021.

II – Fundamentação Técnica e Jurídica da Manutenção das Exigências

Após análise da impugnação, esta **não merece acolhida**, pelos fundamentos técnicos e jurídicos a seguir:

2.1. Todas as exigências impugnadas estão amparadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o ETP é o documento que **fundamenta a necessidade da contratação**, define a **solução mais vantajosa para a Administração** e orienta a elaboração do Termo de Referência.

O Manual de Licitações e Contratos do TCU (5ª ed., 2023) é claro ao afirmar: *“A exigência de funcionalidades técnicas no edital é válida quando demonstrada sua **necessidade e compatibilidade com o interesse público**, o que deve ser verificado a partir do ETP.”*

No caso concreto, o ETP elaborado pela equipe técnica da Câmara Municipal justifica: a) A necessidade de integração com o SIM/TCE-CE para garantir a **automação do fluxo documental e conformidade com os órgãos de controle externo**; b) A exigência de reconhecimento de scanners via navegador como solução voltada à **mobilidade e interoperabilidade**, evitando dependência de instalações locais ou drivers proprietários; c) A implantação de painel gerencial como ferramenta de **transparência, acompanhamento e controle da execução contratual** por parte do gestor.

Logo, as exigências impugnadas **não foram arbitrárias**, mas sim produto do planejamento técnico e justificação expressa nos documentos preparatórios.

2.2. As exigências respeitam os princípios da proporcionalidade e vinculação ao planejamento

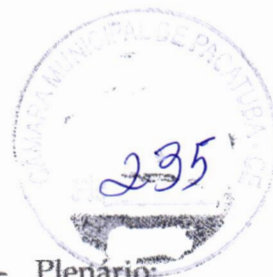
Nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve observar o **planejamento da contratação**, sendo vedada a formulação de editais dissociados dos estudos técnicos prévios.



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR



Como ressalta o TCU no Acórdão nº 2.580/2020 – Plenário: “A atuação administrativa deve ser precedida de planejamento robusto, de modo a permitir que as exigências editalícias guardem **relação de pertinência lógica com a solução pretendida pela Administração.**”

Dessa forma, uma vez que as exigências decorrem de **análise técnica regular**, não há que se falar em direcionamento ou violação à isonomia.

2.3. Ausência de violação à competitividade ou direcionamento

A impugnação afirma que as exigências restringem o mercado a poucas soluções. Entretanto, o TCU possui orientação consolidada de que:

“A mera alegação de suposta restrição à competitividade não prospera quando o edital apresenta **justificativa técnica razoável e proporcional às necessidades do serviço a ser contratado.**” (Acórdão nº 1.486/2021 – Plenário)

Não há vedação à participação de licitantes com soluções distintas, desde que atendam aos requisitos mínimos, sendo **legítima a escolha da Administração por soluções que ofereçam maior grau de automação, segurança e controle**, desde que tecnicamente justificadas — como é o caso.

III – Conclusão

Diante de todo o exposto, conclui-se que a impugnação apresentada pela empresa Organize Gestão de Informações Ltda, **não merece acolhimento**, pois as exigências impugnadas encontram-se **devidamente fundamentadas** no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pela equipe técnica da Câmara Municipal de Pacatuba/CE. Esse documento, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, embasa a definição da solução mais adequada à demanda da Administração, garantindo a compatibilidade entre as exigências do edital e o interesse público envolvido na contratação.

Além disso, não se verifica qualquer violação aos princípios da isonomia, da proporcionalidade ou da competitividade. Pelo contrário, as exigências apontadas como restritivas representam requisitos **técnicos compatíveis com o objeto contratado**, revelando-se como critérios legítimos e razoáveis para assegurar a eficiência da execução contratual. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União reconhece como válidas tais exigências quando embasadas por estudos prévios que demonstrem sua pertinência, o que se verifica no presente caso (Acórdãos nº 1.486/2021 e nº 2.580/2020 – Plenário).

Também não há elementos que indiquem direcionamento ou favorecimento de fornecedores específicos. As funcionalidades previstas na Prova



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

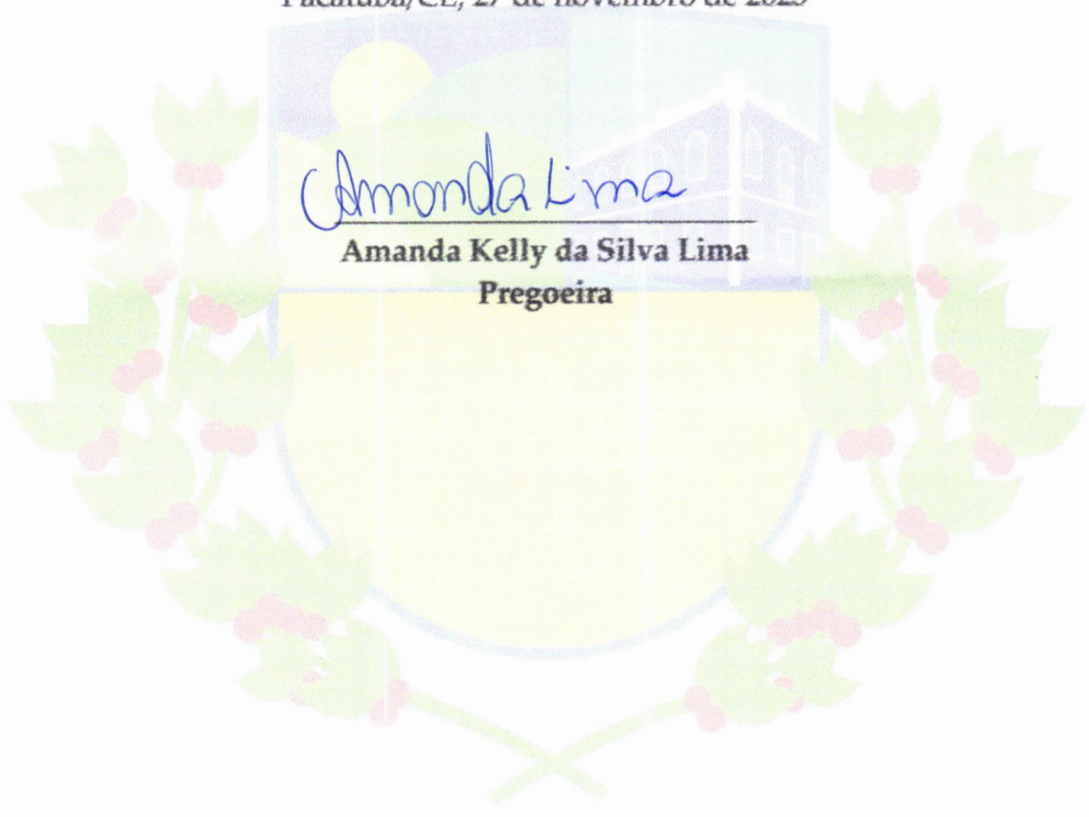
JUNTOS PARA AVANÇAR



de Conceito foram descritas com base nas necessidades da Administração, visando garantir a adequada execução do serviço, bem como o cumprimento de obrigações relacionadas à transparência, ao controle e à interoperabilidade com sistemas externos. Trata-se, portanto, de **exigências proporcionais, motivadas e plenamente justificáveis**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, permanecendo válidas as justificativas técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, não se identifica qualquer ilegalidade ou vício que justifique a exclusão ou modificação dos requisitos questionados. Com isso, recomenda-se **o indeferimento da impugnação apresentada**, mantendo-se integralmente os termos do edital, inclusive no que se refere à realização da Prova de Conceito com as funcionalidades exigidas.

Pacatuba/CE, 27 de novembro de 2025



Amanda Kelly da Silva Lima

Amanda Kelly da Silva Lima
Pregoeira